



USP ESALQ – ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

Veículo: EPTV.com

Data: 24/11/2011

Link: <http://eptv.globo.com/terradagente/>

Caderno / Página: - / -

Assunto: APPs protegidas

APPs protegidas

Áreas de Preservação Permanente devem ser protegidas para garantir vegetação, água e o controle da erosão



O Jornal Nacional, em matéria do repórter Júlio Mosquera, abordou ontem um ponto nevrálgico na segunda reportagem da série sobre o projeto do novo Código Florestal: a recuperação das Áreas de Preservação Permanente (APPs) que foram desmatadas. O tema ainda divide opiniões de agricultores e ambientalistas.

APPs são locais frágeis à beira de rios, topos de morros e encostas, que devem ter a vegetação original protegida porque são fundamentais para a produção de água e controle da erosão do solo.

De cara, a matéria do JN dizia: Onde hoje se vê mata fechada, só havia cana-de-açúcar dez anos atrás. Em uma fazenda foram plantadas quase um milhão de mudas de árvores para recuperar as áreas de preservação permanente.

Uma usina perdeu área de plantio de cana, mas conquistou o certificado de produção sustentável, valorizando a empresa no mercado internacional. “Ganhamos na exportação de álcool e de açúcar. O pessoal lá de fora quer saber se está fazendo preservação”, afirma Ricardo Ometto.

Em Iracemápolis, no interior de São Paulo, o desrespeito à APP deixou a represa que abastece o município desprotegida. Resultado: em 1985, a cidade ficou sem água. A área precisou ser recuperada em regime de urgência.

O plantio da cana-de-açúcar que ia até a beira da represa teve que recuar 100 metros. No local, foram plantadas árvores nativas. Nunca mais Iracemápolis teve problema de abastecimento de água.

Iracemápolis e a usina de cana são dois exemplos dos benefícios e da necessidade de se cuidar bem das APPs. O projeto do novo Código Florestal saiu da Câmara sem garantias de recuperação das APPs desmatadas antes de julho de 2008.

No Senado, a proposta evoluiu para assegurar que deve ser de 15 metros a faixa mínima de vegetação a ser recuperada às margens dos rios com até dez metros de largura. E os conselhos estaduais de meio

ambiente ganham poder para ampliar a faixa de recuperação da mata ciliar, de acordo com as necessidades de cada área. No caso dos rios mais largos, pode chegar a 100 metros de extensão.

“Cabe à União Federal o estabelecimento de regras gerais para o País inteiro, mas o nosso País é um continente. Precisamos chamar os Estados à responsabilidade de nos ajudar a fazer essa harmonia entre produção e conservação do Meio Ambiente”, afirmou o senador Jorge Viana (PT-AC), relator do novo Código na Comissão do Meio Ambiente (CMA).

Uma das principais preocupações dos ambientalistas e da comunidade científica é garantir no Código Florestal a preservação das nascentes e córregos intermitentes que fornecem água apenas durante uma parte do ano, mas que são fundamentais para o equilíbrio do Meio Ambiente.

O texto em debate no Senado ainda não garante a preservação das nascentes. Os ambientalistas vão apresentar uma emenda para resolver o problema. “A ideia é que se tenha um mínimo de 30 metros para as nascentes, os olhos d’água e demais rios. Isso é importante porque, como está previsto na regra que veio da Câmara, nascentes e os olhos d’água não teriam qualquer tipo de recuperação. O que seria um absurdo porque é dali que nascem os rios”, explica Tasso Azevedo, ex-diretor do Serviço Florestal Brasileiro.

A Confederação Nacional da Agricultura (CNA) resiste à mudança, porque diz que ela atingiria pequenos e médios produtores.

“Acho que seria interessante, por exemplo, excluirmos o plantio extensivo de milho, de algodão, de soja e abrir mão apenas para os pequenos e médios agricultores que têm uma pequena roça, uma pequena horta e uma pequena pastagem, uma campineira para seu gado de leite”, diz a senadora Kátia Abreu, presidente do CNA.

Os ruralistas também não aceitam a retirada do gado das encostas dos morros, um ponto defendido pelos ambientalistas. “Gado e APPs são duas coisas que se pudessem ser evitadas seria extremamente importante. O casco do gado gera um peso muito grande. Em geral, gera erosão, além de contaminar a água”, alerta Eduardo Martins, ex-presidente do Ibama.

A pecuária é o principal uso da terra no Brasil. São 200 milhões de hectares de pastagem. A agricultura ocupa 65 milhões de hectares. A longo prazo, a solução é aumentar a produtividade da pecuária, inferior a uma cabeça de gado por hectare. Nas APPs à beira de rios, muitas áreas hoje ocupadas pelo gado poderiam ser restauradas sem grandes investimentos.

Há quatro anos, toda a área de uma propriedade era ocupada pelo pasto. Bastou tirar o gado para ver que as árvores cresceram naturalmente. A técnica pode ser aplicada com sucesso em 80% do País. “Isso acontece na Amazônia, no Brasil central com os cerrados e em várias situações. Só 20% delas que foram muito degradadas historicamente é que, efetivamente, vão precisar de um investimento maior com o plantio de mudas”, explica Ricardo Rodrigues, professor da Esalq –